SindiPetro RS

PAPO DIRETO

INFORMATIVO SEMANAL DO SINDIPETRO-RS - Ano IX - Nº 492 - De 22 a 26/05/2023

FIM DO PPI É REALIDADE

Na semana passada, finalmente, a luta dos petroleiros e petroleiras se tornou realidade. A Petrobrás, sob o governo Lula, anunciou uma nova política para os combustíveis, desatrelada do dólar e o fim do PPI - **PÁGINA 3.**

SINDIPETRO-RS PARTICIPA DE DEBATE SOBRE O **ESTATUTO DO TRABALHO**

Encontro, dia 19/05, foi realizado pelas Comissões Mista Permanente de Defesa do Consumidor e do Contribuinte e de Participação Legislativa Popular da Assembleia Legislativa do RS para debater o Estatuto, que vem sendo chamado de "Nova CLT". **PÁGINA 2**

Foto: Paulo Garcia/ALRS

30/05: ATO NACIONAL PELA SUSPENSÃO DO **EQUACIONAMENTO DA PETROS**

Estão convidados para o ato todos os petroleiros e petroleiras, aposentados, aposentadas, pensionistas e trabalhadores da ativa do Sistema Petrobrás. Dia 30 de maio, é dia de luta! **PÁGINA 3**

EDITORIAL

Temos na história humana períodos, longos ou curtos, marcados por eventos que moldam a sociedade. Duram séculos (Idade Média, Idade Moderna), décadas (Guerra Fria, Ditadura Militar) ou anos (Guerra Mundial, Guerra dos Farrapos) e são nomeados e estudados anos depois, para que não sejam esquecidos os eventos e as lições aprendidas. Parafraseando, aqueles que não lembram o passado acabam por repeti-lo no futuro.

Tais eventos podem ter importância mundial, nacional ou mesmo local. Ainda assim é preciso tê-los em conta devido a importância que têm para a sociedade. Ficando só aqui no nosso Rio Grande do Sul, passamos por um período em que a Refap esteve 30% nas mãos de um grupo privado e foi preciso anos para recuperá-la. Hoje baianos e amazonenses passam por situação até pior: com suas respectivas refinarias privatizadas, tendo os maiores valores de combustível em todo Brasil.

Na semana que passou, a Petrobrás anunciou o fim do PPI, política de preços que entrou em vigor em 2016, no governo Temer. Durou pouco mais de 6 anos. Em uma perspectiva histórica foi um período curto (curiosidade: a Segunda Guerra Mundial também durou cerca de 6 anos), mas o estrago causado ainda vai nos assombrar por muito tempo. Famílias cozinhando com lenha, encarecimento de alimentos por conta do transporte, aumento da desigualdade social, só para citar alguns exemplos.

Não sabemos como vai ser nomeada a "Era do PPI", mas é certo que será estudada. Tem de ser estudada. É preciso entender o contexto do período, inclusive a nefasta Operação Lava-Jato, o golpe de 2016 e o negócio joia que estrangeiros fizeram comprando refinarias da Petrobrás, para criar medidas que recuperem o papel social da empresa para o povo brasileiro. Não basta evitar repetir o passado, é preciso moldar o futuro.

DIREITOS DOS TRABALHADORES

SINDIPETRO-RS PARTICIPA DE DEBATE SOBRE O **ESTATUTO DO TRABALHO**

Dirigentes do SINDIPETRO-RS participaram, dia 19/05, da audiência pública realizada pelas Comissões Mista Permanente de Defesa do Consumidor e do Contribuinte e de Participação Legislativa Popular da Assembleia Legislativa do RS, que debateu o Projeto de Lei que cria o Estatuto do Trabalho. O PL - que vem sendo chamado de "Nova CLT" - tramita no Senado e, na prática, pretende revogar a Reforma Trabalhista de 2017. Na ALRS, o debate foi proposto pelos deputados Miguel Rossetto e Adão Pretto Filho, ambos do PT.

Com mais de 700 artigos, o texto regulamenta assuntos relacionados à inclusão social, autorregulação sindical, modernização do trabalho, salário-mínimo mensal e jornada de trabalho de 40h semanais. Além disso, pretende garantir os direitos já consolidados pela CLT, além de atualizar a legislação trabalhista inserindo as novas formas de trabalho, como motoristas de aplicativo e entregadores de comida.

Sindicatos, parlamentares, representantes das centrais sindicais, da SRTE, membros da Justiça do Trabalho e do Ministério Público do Trabalho, OAB, entre outras representações participaram da atividade.

O ESTATUTO - O texto foi apresentado à Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa do Senado como uma Sugestão Legislativa (SUG 12/2018) assinada por quatro entidades da sociedade civil. A partir da SUG, o senador Paulo Paim (PT/RS), apresentou o Estatuto do Trabalho, elaborado pela Subcomissão Temporária vinculada à Comissão de Direitos Humanos.

O senador afirmou que o Estatuto do Trabalho vai recuperar e ampliar direitos perdidos com a Reforma Trabalhista, em vigor desde novembro de 2017, e garantir o direito dos trabalhadores do campo e da cidade. Assegurou que o regulamento trata de questões como informalidade, trabalho escravo, trabalho intermitente e terceirização.

A presidenta do SINDIPETRO-RS, se manifestou para reforçar a necessidade do Estatuto tratar, também, de questões como assédio moral e sexual e das licitações para as empresas públicas, questões que foram alteradas e negligenciadas pelo governo anterior e que têm dificultado ações de combate às práticas, danosas aos trabalhadores e às empresas públicas.

Durante as manifestações, foram levantadas várias questões. Entre elas, as terceirizações, a necessidade de garantir direitos essenciais para os trabalhadores, incluindo condições de trabalho justas e seguras, remuneração adequada e proteção contra demissões injustas, a necessidade de uma legislação que reflita as mudanças nas condições de trabalho, incluindo a crescente prevalência do trabalho remoto, trabalhadores de aplicativos e a importância da proteção dos direitos dos trabalhadores neste contexto.

Foi lembrando, ainda, que a configuração do parlamento hoje é desfavorável aos trabalhadores. Por isso é importante construir, a partir do debate da Reforma Trabalhista, uma nova proposta de reestruturação da negociação coletiva, bem como estabelecer leis que deixem clara a importância da força das estruturas sindicais organizadas e representativas, bem como garantir a sustentação financeira das entidades sindicais.

Estas audiências públicas estão sendo realizadas em todos os estados para ampliar e democratizar este importante debate.

SINDIPETRO-RS | SINDICATO DOS PETROLEIROS DO RIO GRANDE DO SUL | FILIADO À FUP, CNQ e CUT
DIRETORIA RESPONSÁVEL: Miriam, Maia, Alex Frey, Terterola, Cadore, Márcio, Lautert, Aires, Medeiros, Fábio, Deporte, Stelmaki, Maurício, Nalva, Oscar, Dary, Jesus, João Aloísio, Russo e Lisboa.
JORNALISTAS RESPONSÁVEIS: Nara Roxo (MTb 6.771) e Rita Cardoso (MTb 14.278).
SEDE PORTO ALEGRE - Av. Lima e Silva, 818, Cidade Baixa, CEP 90.050-100 | Telefone (51) 3226.2799 - secretaria@sindipetro-rs.org.br
DELEGACIA DE CANOAS - Av. Victor Barreto, 3288, Centro , CEP 92.010-000 | Telefone (51) 3472.4622 - delegaciacanoas@sindipetro-rs.org.br
DELEGACIA LITORAL NORTE - Rua Deolindo Maggi, 52, Centro, Osório, CEP 95.520-970 | Telefone (51) 3663.2763 - delegacialitoralnorte@sindipetro-rs.org.br

AÇÃO SINDICAL

FIM DO PPI FINALMENTE É REALIDADE

Durante anos, os petroleiros desenvolveram ações tentando mostrar para a população que os preços dos combustíveis com elevações constantes e que, em alguns momentos, levaram a gasolina a bater nos nove reais e o gás de cozinha passar dos 120 reais, eram uma escolha de governo.

A categoria repetia incansavelmente o mantra de que a política escolhida por Temer/Bolsonaro chamada de Política de Paridade de Importação (PPI) era um mecanismo equivocado, que beneficiava os acionistas estrangeiros, penalizando a população brasileira e comprometendo os investimentos da empresa, que levou a muitos problemas vivenciados pela categoria até hoje, como falta de pessoal, insegurança em função da deterioração de equipamentos, desmonte de estruturas de segurança, sobrecarga de trabalho, entre outros.

O SINDIPETRO-RS desenvolveu campanhas – como a do Gás a Preço Justo e Combustível a Preço Justo – para mostrar e explicar à sociedade, quanto custaria um botijão de gás ou um litro de gasolina, caso o governo da época mudasse a política para o preço dos combustíveis. Mas isso não ocorreu e os preços só tiveram alguma redução meses antes da eleição, numa tentativa derradeira de Bolsonaro para tentar vencer a eleição.

Na semana passada, finalmente, a luta dos petroleiros e petroleiras se tornou realidade. A Petrobrás, sob o governo Lula, anunciou uma nova política para os combustíveis, desatrelado do dólar e o fim do PPI. Em nota, a empresa informou que os reajustes continuarão sendo feitos sem periodicidade definida, evitando o repasse para os preços internos da volatilidade conjuntural das cotações internacionais e da taxa de câmbio.

TENDÊNCIA DE BAIXA

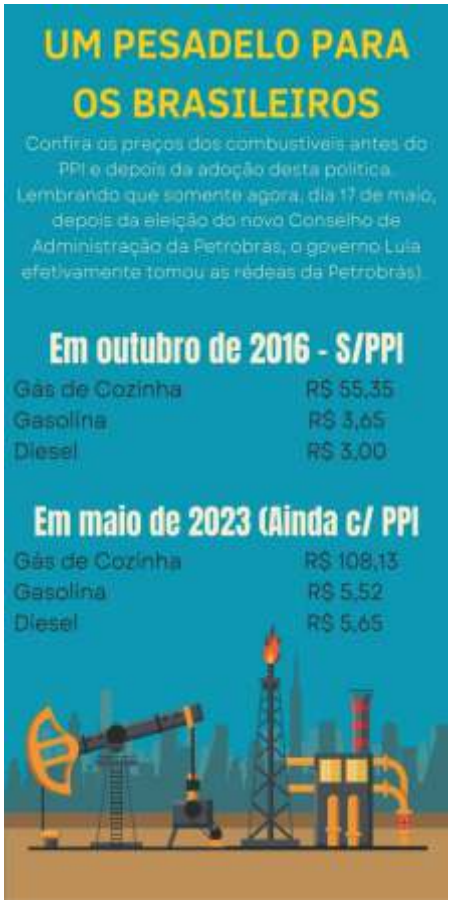
Com a nova política, a expectativa é de que o preço dos combustíveis – gás de cozinha, gasolina e diesel – sejam reduzidos, já que os preços nacionais, em reais, estarão na composição do preço. Um outro impacto deverá se dar na inflação, já que os sucessivos aumentos dos combustíveis pesavam também sobre o valor dos produtos que chegam ao consumidor final.

Dados do DIEESE apontam que entre janeiro de 2019 e junho de 2022, o diesel nas refinarias subiu 203%, a gasolina, 169,1% e o GLP 119,1%. No mesmo período, o salário-mínimo aumentou 21,4%. Por outro lado, a empresa distribuiu, somente em 2022, R$ 215,7 bilhões aos acionistas.

Com a mudança, além dos preços, haverá uma mediação mais justa entre os interesses dos acionistas e o papel social da estatal, definido pelo governo.

NOVOS PREÇOS

Com a nova política, a partir do dia 17 de maio a gasolina diminuiu R$ 0,40 por litro (-12,6%); o diesel, R$ 0,44 por litro (-12,8%), e o gás de cozinha GLP caiu R$ 8,97 por botijão de 13 kg (-21,3%). Para garantir que os novos valores sejam aplicados em benefício da população, a Secretaria Nacional do Consumidor (Senacom) solicitou aos Procons estaduais e municipais o monitoramento e fiscalização dos postos, situação em que a população pode ajudar, se informando dos preços e denunciando os abusos.



PAPEANDO

ATO PELA SUSPENSÃO DO EQUACIONAMENTO DA PETROS

A FUP e a FNP estão organizando, para o **dia 30 de maio**, um grande ato para pressionar a Petros a encaminhar ao Conselho Deliberativo o pedido de adiamento do Plano de Equacionamento do PPSP-R (PED 2021), proposta que já foi feita formalmente pela FUP. A atividade acontecerá em todas as bases das duas federações e contará com a participação de diversas entidades representativas dos petroleiros como Astape, Aepet, Abraspet e Cepes. No RJ a concentração será em frente ao edifício sede da Petrobrás, a partir das 10h. Já os atos locais acontecerão pela manhã em todas as bases de sindipetros da FUP, entre eles o SINDIPETRO-RS. Essa pressão da categoria é fundamental para avançar na caminhada para um desfecho satisfatório e rápido, pois a categoria, está sendo penalizada pagando os equacionamentos. Estão convidados para o ato todos os petroleiros e petroleiras, aposentados, aposentadas, pensionistas e trabalhadores da ativa do Sistema Petrobrás. **Dia 30 é dia de luta!**

RESULTADOS APAVORANTES

De acordo com o economista Marco Antônio Castelo Branco, do Cedeplar/UFMG, a Eletrobrás, privatizada há apenas um ano, está seguindo o caminho da Light, que acaba de pedir recuperação judicial e pode quebrar. Segundo ele, "a privatização colocou a empresa sob comando dos predadores que quebraram as Americanas. Maior geradora de energia do país é consumida por operações financeiras esdrúxulas. A mídia cala-se, para não expor necessidade de renacionalização". Para ele, os números de um ano de privatização são assustadores: "As despesas com juros consumiram 78% do resultado operacional do 1º trimestre de 2023; o lucro líquido caiu 85% comparado com 1º trimestre de 2022, quando ela era ainda estatal; o lucro operacional em relação à receita subiu de 34% para 43%, mas o resultado financeiro que era +5% da receita virou um déficit – 34%. Ou seja, **a empresa virou uma vaca leiteira do mercado financeiro.** E os analistas que cobrem a Eletrobras não falam nada. Ficaram cegos? Ou estão protegendo a gestão privada? E mesmo com uma performance catastrófica como essa, a Diretoria ainda cometeu o absurdo de gastar cerca de R$ 148 milhões em recompra de ações. A Companhia parece querer repetir o caminho desastroso da Light".

MULHERES

ENCONTRO ESTADUAL DE **MULHERES TRABALHADORAS**

Dirigentes do SINDIPETRO-RS participaram, no dia 20/05, do Encontro Estadual de Mulheres Trabalhadoras da CUT no Rio Grande do Sul. O encontro, presencial, ocorreu no Sindicato dos Bancários de Porto Alegre reunindo mais de 100 mulheres de diversos ramos e categorias, entre elas, as petroleiras.

De acordo com a CUT-RS, organizadora do evento, o objetivo foi debater o mundo do trabalho que as mulheres enfrentam no dia a dia, a partir de suas vivências e construir de forma coletiva propostas para fortalecer a unidade e organizar a luta na base e nas comunidades para melhorar a vida das mulheres. A partir do encontro, as participantes devem levar suas pautas para seus territórios, ramos e mesas de negociação.

No encontro foram tratados temas como combate à violência e ao assédio no ambiente de trabalho e na vida, a luta pelo trabalho decente e por salário igual para trabalho igual e oportunidades de acesso a cargos de chefia e espaços de poder e decisão.

Além dos painéis, o encontro teve atividades culturais, trabalhos em grupo e espaço para debates.

MARCHA DAS MARGARIDAS

Um dos pontos do encontro foi a organização da 7ª Marcha das Margaridas 2023, que este ano tem como tema "Margaridas em Marcha pela Reconstrução do Brasil e Pelo Bem Viver". A Marcha, que ocorre nos dias 15 e 16 de agosto, foi lançada no RS no dia 17/05 e é considerada a maior mobilização de mulheres do campo e da cidade na América Latina.

Durante os dois dias de atividades em Brasília, serão realizados debates sobre os 13 eixos que compõem a pauta das mulheres do campo, das águas e das florestas organizadas nos movimentos; feira com produtos pautando os temas da geração de renda, autonomia e trabalho e no dia final, a tradicional marcha, uma caminhada de cerca de 7km, até a Esplanada dos Ministérios para levar as pautas das mulheres até Brasília, incluindo temas como a reconstrução do Brasil e de suas políticas públicas de saúde, educação, previdência e assistência social, pelo fim da violência contra as mulheres, preservação do meio ambiente, o poder e participação política.

O nome da Marcha é em homenagem a Margarida Alves, sindicalista paraibana assassinada em 1983 por um matador de aluguel contratado por fazendeiros da região. Em 2023, completam-se 40 anos de seu assassinato. Até hoje, nenhum acusado por sua morte foi condenado.

A última edição da Marcha (em 2019) reuniu mais de 100 mil mulheres e a expectativa é que este ano a participação seja ainda maior.

ENCONTRO COM TRANSFERIDOS - Dia 26 de maio, às 18h30, na Delegacia Sindical de Canoas. Traga seus familiares e venha falar sobre suas dificuldades, conhecer os serviços do Sindicato, saber das negociações e processos de transferência e depois saborear um churrasco. Inscreva-se e participe! **Confirme sua presença no link mandado pelo WhatsApp (bit.ly/45jH992)**

NOTAS

PETROQUÍMICA

Na semana passada, diversas matérias da imprensa noticiaram que em conversas reservadas, o presidente da Petrobrás, Jean-Paul Prates, teria afirmado o **interesse da Petrobrás em exercer o seu direito de preferência e adquirir o controle da Braskem**. Hoje a petroleira tem 38% de participação na petroquímica. A possibilidade foi ventilada depois que a estatal árabe ADNOC e o fundo americano Apollo mostraram interesse em comprar a Braskem. O movimento estaria relacionado a orientação do governo Lula de ampliar o comando sobre empresas estratégicas.

CPI DO MST

O programa "Invisível: Muito Além do Petróleo", do dia 15, que teve a participação da presidenta do SINDIPETRO-RS, Miriam Cabreira, recebeu Ayala Ferreira, da coordenação nacional do MST, que falou sobre a CPI do MST, aprovada no Congresso e que terá como relator o deputado Ricardo Salles, ex-ministro do Meio Ambiente de Bolsonaro, um grande crítico do MST e, quando ministro, defendia "receber os Sem-terra à bala". Esta é a 5ª vez que o MST passa por uma CPI nos seus 39 anos de luta. A ofensiva, articulada por bolsonaristas e pela bancada ruralista da Câmara dos deputados, vem num momento de reconstrução da democracia e, certamente, além de atacar o maior movimento social de luta por uma reforma agrária popular, objetiva atacar outras organizações sociais, o governo Lula e as instituições democráticas. O "Invisível" vai ao ar às segundas-feiras, das 13h às 14h, na TV247 no Youtube.

GT DE ANISTIA

Na primeira reunião do GT da Anistia, os representantes dos trabalhadores lembraram as perseguições políticas sofridas pelos sindicalistas e seus apoiadores entre 2016 e 2022, inclusive por coisas banais, como botão de camisa desabotoado ou não segurar no corrimão da escada do prédio administrativo. O pedido da FUP no encontro, que acontecerão de forma quinzenal, é para que a Petrobrás corrija essas arbitrariedades realizadas pelo governo anterior e reverta as demissões e punições.

SERVIÇOS

PLANTÕES JURÍDICO - **ESCRITÓRIO COSTA ADVOGADOS (Direito Civil e Tributário)** - Dr. Lúcio Costa e Dra. Santiago Gonçalves - Sede Porto Alegre, com agendamento, fone (51) 3226.2799 e Canoas às sextas, das 10h às 12h. Contato Escritório (51) 99630.6203 e atendimento@costaadvogados.adv.br

ESCRITÓRIO DIREITO SOCIAL (Direito Trabalhista e Previdenciário) - Dr. Abrão Blumberg e Carolina Anversa - quartas-feiras, das 13h às 15h, na sede, em Porto Alegre.

ASSISTENTE SOCIAL - O atendimento com a Assistente Social - **JAQUELINE DA COSTA**, será realizado de forma presencial, somente com agendamento, fone (51) 3472.4622